

CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO (CPE)

PROPOSTA DE TESES PARA O XV CONSINTEST

Conjuntura Internacional:

Permanece ainda a crise de superprodução capitalista, que estourou em 2008 e seus sintomas apenas têm sido adiados com medidas da política econômica burguesa. A crise de superprodução é um fato novo na história, surgida a partir do capitalismo. Se nos modos de produção anteriores (feudal, escravista, etc) as crises eram pela escassez, no capitalismo as crises existem por ter se produzido demais! Isso só mostra as contradições de um modo de produção em decomposição.

A crise de superprodução expressa o choque das forças produtivas com as relações de produção capitalistas decadentes e as fronteiras nacionais. Isso empurra as burguesias imperialistas ao recrudescimento da opressão nacional às semicolônias para aumentar a extração da mais-valia e à intensificação da restauração capitalista pra valorizar o capital, a fim de manter as taxas de lucro e o parasitismo financeiro. Diante disso, há uma intensificação das tendências bélicas para possibilitar uma maior penetração das burguesias imperialistas nas economias nacionais e para que possa dar evasão às enormes quantidades de mercadorias e capital acumulado. Esse é o quadro geral da situação internacional.

A disputa de territórios entre as potências imperialistas leva a impulsionar e perpetuar conflitos nas semicolônias, como acontece na guerra da Síria. Os países imperialistas estão pouco preocupados em buscar a paz na Síria, mas sim ter o controle das matérias-primas no Oriente Médio, dentre elas o petróleo. Utilizam-se das divisões étnicas e religiosas e entre os povos do Oriente Médio e pela sua revolta diante da condição de atraso e miséria para confrontar uns contra os outros e estabelecer governos submissos aos seus ditames. Na Síria, os EUA e aliados tentam derrubar o regime de Bashar Al-Assad em nome da paz, enquanto que Rússia o defende. Nem um, nem outro servirá para estabelecer a paz na Síria, uma vez que manterá a situação de atraso das forças produtivas, que é a raiz da barbárie e dos conflitos étnicos. Só o povo sírio poderá resolver os seus conflitos e acertar as contas com o governo burguês de plantão, sem intervenção do imperialismo.

Diante da crise, as tendências fascizantes se fortalecem. Na Europa, os partidos nacional-chauvinistas e a xenofobia (ódio aos imigrantes) ganham maior espaço. Nos EUA, o Trump se elege com a simpatia de setores de classe média que, diante do desespero pelo desemprego e piora das suas condições de vida e da ausência do proletariado como classe consciente, encontram nas promessas de Trump de reindustrializar os EUA e de expulsar os imigrantes uma panacéia para seus problemas. Porém, para que Trump convença os monopólios a retornarem para os EUA, terá que atacar os diretos trabalhistas e rebaixá-los ao nível da força de trabalho de países como a China.

Na América Latina, durante o período anterior a 2008, de crescimento econômico mundial, o imperialismo aceitou e se utilizou de governos nacional-reformistas que, ao mesmo tempo em que controlavam a luta de classes com seu palavreado de “socialismo do século XXI”, “revolução bolivariana”, “desenvolvimento com distribuição de renda” e medidas assistencialistas, implementavam medidas pró-imperialistas e preservavam a grande propriedade privada monopolista. São exemplos os governos do PT, Cristina Kirchner (Argentina), chavismo (Venezuela), Evo Morales (Bolívia), Rafael Correa (Equador). Porém, com o recrudescimento da crise de superprodução, o imperialismo passou a impulsionar as tendências direitistas da política burguesa, abertamente pró-imperialistas, que implementem uma política de choque contra os explorados e de preservação dos lucros das multinacionais e do pagamento da Dívida Pública. Dessa forma, o governo do PT foi

Luís Carlos

RECEBEMOS
em 17 08 2017
Luís Carlos

retirado por um golpe de Estado e posto no lugar um governo Temer, uma ditadura civil. Na Argentina, Macri vence o candidato apoiado pelos Kirchner por meio de eleições.

Na Venezuela, a crise política se intensifica. O imperialismo impulsiona uma oposição burguesa pró-imperialista que capitaneia setores importantes das classes médias (estudantes, pequenos proprietários) e chegou a ter maioria na Assembleia Nacional. Diante da manobra de Maduro por uma Assembleia Constituinte e a dissolução da Assembleia Nacional, se esgota a possibilidade de derrubada do regime nacionalista por meio da via democrática e a oposição burguesa reacionária assume cada vez mais abertamente a via golpista, a partir da conformação de um “governo paralelo. O regime chavista se esgota diante da crise econômica e é incapaz de derrotar a ofensiva imperialista, uma vez que teria que expropriar a grande propriedade privada e constituir o armamento geral e a mobilização das massas, coisa que não fará por ser um governo nacionalista burguês. Cabe ressaltar também o papel do governo golpista de Temer ao servir de instrumento do imperialismo no cerco internacional à Venezuela, a partir da sua expulsão do Mercosul. Para derrotar a ofensiva reacionária da oposição pró-imperialista, é preciso que o proletariado constitua como direção revolucionária da maioria oprimida no sentido de expulsar o imperialismo e garantir a soberania nacional.

A fase Imperialista do capitalismo, marcada pela concentração da riqueza nas mãos de um punhado de monopólios que controlam ramos inteiros da economia e determinam a política do Estado burguês, é a fase de decomposição do capitalismo, e põe a necessidade da revolução Proletária para expropriar o capital monopolista, socializar os meios de produção sob controle operário e, a partir disso, planificar a economia. O sindicato tem o papel importante de servir de auxiliar para a revolução, na medida em que organize os trabalhadores pelas suas reivindicações e os leve a se chocar com o Estado burguês e o Imperialismo com o método da ação direta. É parte dessa tarefa uma posição de solidariedade internacionalista diante dos conflitos internacionais entre o imperialismo e as nações oprimidas, e entre as burguesias nacionais e o proletariado e demais explorados das nações.

Diante disso, propomos:

- Fora o Imperialismo do Oriente Médio! Em defesa da autodeterminação da Síria; que o povo sírio resolva seus próprios conflitos, sem intervenção das potências.
- Abaixo o cerco imperialista à Venezuela! Rechaço à expulsão da Venezuela do Mercosul com a participação do governo golpista de Temer; Em defesa da autodeterminação da Venezuela; que o povo venezuelano resolva seus conflitos sem a interferência do imperialismo.

Conjuntura Nacional:

O governo Dilma já estava implementando as medidas de ajuste fiscal e cortes de gastos, retirava direitos dos trabalhadores, precarizava e privatizava os serviços públicos, com o objetivo de pagar a dívida pública. São exemplo as MPs 664 e 665, PL da terceirização, cortes no serviço público, anúncio do PLP 257 e Reforma da Previdência, etc. Porém, o capital financeiro já não estava satisfeito com o ritmo e intensidade das medidas de ajuste fiscal do PT, que vez por outra vacilava por pressões de sua base social.

O golpe de Estado, o Impeachment, veio no sentido de retirar o governo do PT e substituir por um governo que implementasse uma política de choque contra os explorados, de modo a salvar seus gigantescos lucros ameaçados pela crise de superprodução. Por ser um mecanismo antidemocrático que rompe com o sufrágio universal, o Impeachment deu origem a um governo de ditadura civil, não eleito pelo voto popular, mas sim imposto por um golpe com a intervenção do parlamento, do judiciário e

demais instituições como Polícia Federal e Ministério Público.

O PT não foi capaz de combater o golpismo. Aceitou o Impeachment como legítimo, “constitucional”, submetendo-se à democracia burguesa oligárquica. Limitou-se a dizer que não havia cometido “crime de responsabilidade fiscal”, ao invés de desconhecer o Impeachment e travar a verdadeira luta democrática, não em defesa do seu governo burguês, mas em defesa do princípio democrático da revogabilidade do mandato, de que só as massas é que podem destituir um governo eleito. A defesa da bandeira do “Fora Temer, Volta Dilma” não foi capaz de fazer as massas defenderem a volta de um governo que já as atacava.

A ditadura civil de Temer tem como função impor ataques profundos sem se importar com qualquer pressão eleitoral. Dentre elas destaca-se a PEC do Teto, a Reforma do Ensino Médio, a Terceirização e as Reformas Trabalhista e Previdenciária. Em meados de maio, tal governo se viu ameaçado diante de uma crise política em virtude das delações de Joesley Batista, dono da JBS, potenciadas por um setor da mídia monopolista, em particular a Globo. Devido a isto, houve um momentâneo atraso na tramitação das reformas. O governo Temer adotou a tática de mostrar ser capaz de passar as reformas, conseguindo uma importante vitória com a aprovação da Reforma Trabalhista. Diante disso, retomou a confiança do capital financeiro e conseguiu condições políticas para derrotar a denúncia de Janot contra Temer e se firmar novamente no posto presidencial.

O governo golpista não conseguiria aprovar tamanho retrocesso nas condições de trabalho, que foi a Reforma Trabalhista, se não contasse com a política de conciliação das centrais sindicais. A greve geral do dia 28 de abril demonstrou o potencial que existia de luta e insatisfação das massas diante de tamanho retrocesso. A greve geral chegou a golpear o governo Temer. Porém, não foi dada sua continuidade. O 1º de maio, que poderia ser a continuação da greve geral, logo assumiu um caráter festivo. Nas semanas seguintes, as centrais UGT e Força Sindical logo se orientaram para negociar pontos da reforma, com o intuito de manter o imposto sindical. A CUT, diante da crise política e sob a política do PT de “Fora Temer” e “Diretas Já”, e por um “governo legítimo”, desviou a luta para a estratégia eleitoral e de reconstituição da oposição burguesa parlamentar. O que se fazia necessário era dar continuidade e fortalecer os comitês de base que se formaram, e organizar os explorados pelas suas reivindicações e criar condições para uma greve por tempo indeterminado.

A CUT, sob a direção do PT, trava a potencialidade das lutas dos explorados com a política de potencializar eleitoralmente a candidatura de Lula em 2018, a partir do desgaste do governo golpista. Diante da possibilidade de sua vitória, as forças golpistas impulsionam a via reacionária da prisão de Lula para inviabilizar sua candidatura. Frente a isso, devemos defender o direito democrático de Lula se candidatar e ser contra a reivindicação de encarceramento pelo Estado burguês, seja de quem for. Mas isso não quer dizer que defendemos Lula e o PT. Traíram a classe e os demais oprimidos, debandando para o lado da burguesia. Prostraram-se diante da aprovação das mais violentas reformas contra os assalariados. Por isso, seu julgamento deve se dar por um tribunal popular surgido a partir das organizações da luta das massas pelas suas reivindicações.

Diante da ameaça de ataques do governo Temer, é preciso retomar o caminho da greve geral de 28 de abril. Não há que seguir nenhuma linha política que desvie para o eleitoralismo e para a disputa parlamentar. É preciso retomar as assembleias e comitês de base, e pôr em pé uma plataforma de reivindicações de resistência aos ataques e em defesa das condições de vida das massas. O método deve ser o da ação direta (greves, manifestações, bloqueios, etc.). Para isso, é preciso se colocar pela estratégia de poder próprio dos explorados, do governo operário e camponês, que não será fruto das eleições, mas sim da revolução proletária.

Diante disso, propomos:

- Abaixo a condenação de Lula; somente a classe operária e demais explorados podem julgar Lula e o PT; pela constituição de um Tribunal Popular;
- Abaixo a reforma da previdência;

- Não à implantação da reforma trabalhista;
- Fim da terceirização;
- Retomar o caminho da greve geral por meio das assembleias, dos comitês de base e da ação direta;
- Pelo não pagamento da dívida pública;
- Pela constituição da Frente Única Imperialista;
- Abaixo o governo burguês, golpista e corrupto de Temer. Por um governo operário e camponês.

Jornada de trabalho:

REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO SEM REDUÇÃO DE SALÁRIO: A LUTA É EM UNIDADE COM A CLASSE OPERÁRIA PELA “ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO”

A redução da jornada de trabalho para 30h, sem redução de salário, tem sido uma pauta vigente na nossa categoria. Porém, o que observamos é que quase nenhum setor conseguiu obter e, para aqueles poucos que possuem, ainda existe possibilidade de perderem. É importante realizar um balanço desta luta para que possamos definir o que fazer para alcançarmos de fato a redução da jornada sem redução de salário, uma bandeira histórica levantada não só pelos técnico-administrativos, mas pela classe operária e demais assalariados.

Decreto 4.836/2003

Em 2003, o governo federal instituiu o decreto 4.836, que *faculta* ao dirigente máximo *autorizar* a jornada de 30h, *desde que* o setor funcione em regime de turnos contínuos de 12h. A partir desse decreto, a FASUBRA adotou uma linha equivocada de condicionar a luta pela redução da jornada a uma determinada forma de funcionamento das universidades, de modo que se viu compelida a ter que travar uma disputa institucional no sentido de tentar convencer as reitorias das vantagens administrativas em se instituir os turnos contínuos para, *só a partir disto*, obter a concessão da redução da jornada para 30h, que ainda é facultada à reitoria autorizar ou não. Dessa forma, a FASUBRA restringiu a luta pela redução da jornada ao limitado decreto 4.836/2003.

Resolução 010/2016-CONSAD

Na UFRN, em março de 2016, foi instituída a resolução 010/2016-CONSAD, que regulamenta, dentre outras coisas, o que o decreto 4.836/2003 estabelece no que tange ao regime de turnos contínuos e a jornada de 30h. A dita resolução foi comemorada como uma vitória pela direção do SINTEST (PSOL), sob a ideia de que, começando por alguns setores, a jornada de 30h iria gradualmente se expandir para os demais setores até atingir toda a universidade. Hoje vemos que a nossa realidade está muito distante disso.

A resolução 010/2016-CONSAD estabelece que, para obter as 30h, cada unidade ou setor deve entrar com um processo em que justifique a implementação dos turnos contínuos a partir da adequação às exigências estabelecidas *pela mesma*. Assim, essa via fragmentou a luta pela obtenção das 30h e a institucionalizou, de modo que o controle de toda a situação ficou nas mãos da reitoria. A reitoria, como correia de transmissão da política burguesa na universidade, é contrária à redução da jornada sem

redução de salário, pois, para se adequar à política do governo federal de corte de gastos na educação, precisa sobrecarregar ao máximo os técnico-administrativos, de modo a não ter que aumentar o gasto com novos servidores. Nas mãos da reitoria os processos dos setores e unidades simplesmente são engavetados. Dessa forma, a luta pelas 30h na UFRN foi totalmente desmantelada pela reitoria com a colaboração da direção do SINTEST, a anterior (PSTU) e a atual (PSOL).

Além disso, a resolução 010/2016 impõe, para a obtenção das 30h, uma série de contrapartidas, como: a possibilidade das 30h serem suspensas “sempre que se fizer necessário”, sem recebimento de hora extra; não gera direito adquirido, podendo ser revogada a qualquer momento pelo CONSAD; a manutenção das 30h estará sujeita à avaliação periódica por uma comissão nomeada pela direção da unidade; “preservação da qualidade do atendimento com os mesmos recursos humanos atualmente disponíveis” (não reposição de servidores e sobrecarga dos que permanecem); já abria precedente para o ponto eletrônico, pois determinava a “Integração entre SIGRH e folha de pagamento”. Tudo isso nos leva a concluir que a via para conquistar a redução da jornada por meio da resolução 010/2016 é uma armadilha, pois contém várias contrapartidas, além de que serve para fragmentar e desmantelar a luta.

Fim das 30h “informais”

Mesmo sem conseguir a redução da jornada via resolução 010/2016, muitos técnico-administrativos realizavam a jornada de 30h a partir de acordos informais com suas chefias, que, em certa medida, foram fruto da pressão da luta da categoria pelas 30h para todos. Porém, a instituição do ponto eletrônico inviabilizou essa alternativa, uma vez que enrijeceu a jornada, obrigando o servidor a dar as 8h sob pena de desconto na remuneração. Assim, a reitoria conseguiu, por meio do ponto eletrônico, pôr fim às 30h realizadas informalmente. A instituição do ponto eletrônico na UFRN coincidiu com uma enorme quantidade de aposentadorias. No mesmo período, quando os servidores estavam revoltados com o ponto, a direção do SINTEST comemorou como vitória o fato de um particular setor dentro da Faculdade de Odontologia ter obtido as 30h pela resolução 010/2016. Na verdade, é bastante conveniente para reitoria retirar as 30h de uma grande parcela de servidores com um só golpe e, ao mesmo tempo, conceder a um ou outro setor específico a redução da jornada, de modo a tentar arrefecer os ânimos dos servidores com a expectativa de que também poderão conseguir.

Unidade com a classe operária e demais explorados

A redução da jornada sem redução de salário é uma pauta histórica da classe operária. É banhada com o sangue dos mártires de Chicago, em um movimento que reivindicava a jornada de 8 horas. A partir de então, a jornada de 8 horas passou a ser uma bandeira levantada internacionalmente. Na greve geral de 1917, no Brasil, onde os operários chegavam a trabalhar até 16 horas por dia, a bandeira das 8h foi levantada. Hoje, há na CLT a instituição das 8h, mas sabemos que as chamadas horas-extras e banco de horas fazem com que essa jornada seja ultrapassada. A reforma trabalhista inclusive ameaça retroceder 100 anos, com possibilidade de jornada de até 12h.

É fato que tudo o que ocorre no setor privado repercute no serviço público. É graças a essa luta histórica da classe operária, puxando os demais setores explorados, que hoje nós técnico-administrativos temos as 8h. Apesar dos avanços tecnológicos, do aumento da produtividade, a burguesia tenta a todo momento aumentar a exploração sobre os assalariados, e isso não é diferente no setor público, ao mesmo tempo em que mantém uma massa cada vez maior de desempregados.

A luta pela redução da jornada não pode estar condicionada a que o setor funcione ou não por turnos contínuos, mas sim deve vir como uma resposta à exploração capitalista e ao desemprego. A permanente e efetiva redução da jornada sem redução de salário só poderá ser conquistada em unidade com a classe operária e demais explorados (inclusive os desempregados), chocando-se contra a burguesia e seu Estado. Essa unidade deve se dar em torno da luta pela divisão das horas de trabalho entre todos os aptos, por meio da bandeira da *Escala Móvel das Horas de Trabalho*, que trará, como

consequência, o fim do desemprego (emprego a todos) e a redução da jornada sem redução de salário. Essa deve ser a nossa bandeira e a nossa luta!

Diante disso, propomos:

- Redução da jornada sem redução de salário e fim do desemprego com a Escala Móvel das Horas de Trabalho (divisão das horas de trabalho entre todos os aptos).
-

Questão salarial:

Há uma investida por parte dos governos e patrões em descarregar o peso da crise sobre os trabalhadores, e uma das formas é congelar os salários. Na greve de 2015, a FASUBRA calculou perdas salariais de 27,3%, mas o governo Dilma só concedeu um reajuste de 10,5% parcelado em dois semestres. Para completar, o governo Temer acaba de anunciar que não haverá reajuste no ano de 2018. Trata-se de um verdadeiro congelamento salarial diante do aumento do custo de vida. A categoria está vendo os pequenos ganhos salariais do período anterior de crescimento econômico serem rapidamente perdidos com a crise de superprodução capitalista e a sua correspondente política econômica de ajuste fiscal.

Não são só os técnico-administrativos que sofrem com perdas salariais. Também enfrentam esse problema os demais servidores das três esferas e os assalariados do setor privado, em particular a classe operária. Para que haja um aumento salarial satisfatório e duradouro, é preciso constituir a luta unitária com a classe operária e demais explorados a partir de reivindicações operárias que abrangem todos os setores. Sobre a questão salarial, é necessário defender a reposição imediata de todas as perdas salariais, e também o Salário Mínimo Vital, que é o valor necessário para garantir as necessidades de uma família, a ser calculado a partir das assembleias de base. Para proteger o salário frente à inflação, é necessário acrescentar a Escala Móvel de Reajustes, que é o reajuste automático do salário conforme a inflação, de modo a impedir que haja novas perdas salariais. Tais reivindicações são gerais e projetam a luta para a unidade com a classe operária e demais setores dos explorados.

Diante disso, propomos:

- Reposição imediata das perdas salariais;
 - Salário Mínimo Vital, o suficiente para sustentar uma família de quatro pessoas, a ser calculado a partir das assembleias de base;
 - Escala Móvel de Reajustes.
-

Ponto Eletrônico:

O ponto eletrônico é mais uma ferramenta de controle da burocracia universitária sobre a categoria. Sob o argumento de “qualidade” no serviço, tenta jogar a culpa da precarização da educação para cima dos técnico-administrativos, quando, na verdade, o problema é a política de mercantilização

e privatização do ensino superior. A mesma reitoria que aplica o corte de gastos do governo federal na UFRN, que reprime a nossa greve contra a PEC 241 com ameaça de corte de ponto e impondo compensação de horas, é também a que passa a ter maior controle sobre a categoria com o ponto eletrônico. Essa ferramenta, portanto, traz como consequência uma maior facilidade de reprimir os servidores, no sentido de intimidar para que não nos organizemos por meio de assembleias, paralisações, greves e manifestações (ação direta).

Além da repressão contra a organização e luta sindical, o ponto eletrônico favorece a reitoria, que aplica o corte de gastos do governo federal, no sentido de não ter que repor as vacâncias e aposentadorias, a partir da sobrecarga dos que permanecem, que herdarão as tarefas do que saem e serão obrigados a permanecer as 8h ou mais. Outro objetivo do ponto, e que conflui com os demais, foi a retirada das 30h realizadas a partir da negociação informal com os chefes.

O ponto também traz junto o chamado banco de horas, medida esta que é utilizada pelos patrões nas fábricas e que a reitoria imita na UFRN, e que abre precedente para uma total subordinação da rotina do trabalhador às necessidades “administrativas” da gestão, uma vez que o servidor, em seu local de trabalho, será coagido a ter que dar conta das demandas do setor a partir da extensão de sua jornada diária a ser compensada em outro dia de menor demanda. Mais uma vez, essa medida livra a reitoria de ter que contratar novos servidores.

O ponto eletrônico é parte do conjunto de mecanismos de controle burguês sobre os trabalhadores pela burocracia universitária (reitoria). Outro exemplo é a avaliação de desempenho, que coloca uma faca no pescoço do servidor ameaçando a sua estabilidade. Não é à toa que já existe no Senado um Projeto de Lei (PLS 116/2017) que regulamenta o Art. 41, inciso III da Constituição Federal que diz que o servidor, mesmo após o estágio probatório, poderá ser exonerado a partir de uma avaliação de desempenho que, segundo o PL, ocorreria a cada 2 anos. Ou seja, trata-se do fim da estabilidade.

Diante disso, propomos:

- Abaixo o ponto eletrônico, as avaliações de desempenho e demais formas de controle burguês sobre os trabalhadores.
- Abaixo o banco de horas.
- Abaixo o PLS 116/2017 que acaba com a estabilidade.

Terceirização:

A burocracia universitária (Reitoria), como correia de transmissão da política burguesa na UFRN, implementa a terceirização da mão-de-obra, que nada mais é do que a destruição dos limitados direitos trabalhistas. Os terceirizados não usufruem os mesmos direitos que os efetivos, dentre eles a estabilidade, podendo ser demitidos a qualquer momento, além de receberem baixos salários e sofrerem atrasos no pagamento. Para se ter ideia da gravidade que é a terceirização, existem terceirizados na UFRN que sequer possuem carteira assinada.

A terceirização estabelece um padrão intermediário entre a universidade e o trabalhador, que lucra em cima do dinheiro público e a partir da exploração dos terceirizados. A Reitoria é conivente com isso, pois prefere dar enormes lucros a empresas terceirizadas e poder encerrar o contrato a qualquer momento (o que significa demissão de terceirizados), a ter que arcar com um servidor estável. Além disso, a ideia criada pela terceirização de que o trabalhador não é parte da universidade, mas empregado da empresa, cria uma sensação de separação entre os servidores efetivos “que são parte do

quadro”, e os terceirizados que “prestam serviço”.

Os efeitos da terceirização não prejudicam só os trabalhadores terceirizados, mas também os próprios efetivos. Sob o regime de exploração burguês, a existência de dois regimes diferenciados em um mesmo local de trabalho é uma oportunidade para o patrão ou governo (no nosso caso, a burocracia universitária) pressionarem para que os direitos dos efetivos sejam rebaixados ao nível do regime trabalhista mais precário. Por isso, a defesa da efetivação imediata dos terceirizados (estabilidade) e das suas demais reivindicações (contra o atraso de salários, pagamento de insalubridades), para que tenham os mesmos direitos que nós efetivos, é uma forma de também defendermos nossos direitos.

No ponto de vista sindical, a terceirização acarretou numa divisão dentro da nossa categoria. Antes, todos eram parte de uma mesma base. Exemplo disso é que muitos servidores mais antigos das classes A e B ainda são filiados ao SINTEST. Com a terceirização, as classes A e B foram praticamente extintas e substituídas por trabalhadores terceirizados, que não são mais filiados ao SINTEST. Isso acarreta num enfraquecimento sindical da nossa categoria. A unidade sindical com os terceirizados é fundamental para a luta contra o Estado burguês e a burocracia universitária (reitoria), inclusive porque é o setor mais explorado dos trabalhadores da UFRN. Essa unidade sindical deve começar a ser construída mesmo que ainda não sejam filiados formalmente ao SINTEST, a partir das reivindicações que defendam suas condições de trabalho e unifiquem efetivos e terceirizados na luta em defesa da educação pública.

Diante disso, propomos:

- Fim da terceirização e da existência de regimes diferenciados de trabalho. Efetivação imediata dos terceirizados, sem necessidade de concurso público.
- Construir a unidade sindical com os terceirizados a partir da luta pelas reivindicações.

Autonomia e democracia universitárias; financiamento:

Nos últimos meses, já tivemos experiências capazes de demonstrar que a burocracia universitária (reitoria) é incapaz de garantir o princípio da autonomia universitária. Na última greve, a reitoria se utilizou de uma decisão do STF de corte de ponto dos servidores (que sequer a ata foi publicada) e de uma orientação do Ministério do Planejamento (MPOG) para ameaçar os servidores com o corte de ponto e depois impor, em acordo assinado com a direção do SINTEST, a compensação das horas de greve. Apoiando-se na desculpa de se adequar frente à Auditoria Interna da UFRN para implementar o ponto eletrônico. Entrincheira-se por trás de uma suposta decisão judicial, a qual sequer tivemos acesso, para retirar o nosso recesso natalino. Por último, permite que a prefeitura (STTU) decida sobre o funcionamento do Circular UFRN implementando o dito itinerário “Expresso” que prejudicou grande parte dos trabalhadores e estudantes. Como se vê, a reitoria permite a transgressão da autonomia universitária, ora se posicionando de forma omissa, ora agindo, seja por vontade ou por puro instinto de conservação como casta, segundo as orientações e determinações do Estado burguês e contra os que estudam e trabalham.

A autonomia universitária é o princípio pelo qual as decisões relativas à universidade devem ser realizadas pela comunidade universitária, sem interferência exterior do Estado burguês. Não se pode confundir com a bandeira burguesa de “autonomia financeira”, que nada mais é do que o repasse de verbas insuficientes para a universidade, de modo que possa gerir “autonomamente” os escassos recursos, o que significa o Estado repassar para a universidade o peso do seu financiamento. Diante dos cortes de gastos, com verbas insuficientes para suprir as necessidades orçamentárias, a burocracia universitária (reitoria) implementa o corte de gastos do governo e, em busca de mais recursos, privatiza

e mercantiliza os serviços da instituição, como mais um exemplo de transgressão da autonomia universitária e de implementação da política burguesa na universidade.

Recentemente, vimos a notícia de que, para o ano de 2017, até agora foram liberados apenas 70% dos recursos para custeio e 40% para investimentos e, caso não seja liberado o restante até o final do ano, o orçamento da UFRN voltaria aos patamares de 2007. A reitora da UFRN Ângela Paiva já declarou que, caso continue assim, demitirá terceirizados. O que é isso senão a política burguesa de jogar os efeitos da crise sobre os explorados? E os cortes na UFRN não são de agora. Em 2015, no governo Dilma, depois de anunciado o plano Levy, o MEC promoveu um corte de 10% no orçamento total da UFRN e 50% no que tange aos investimentos. Em números absolutos os investimentos caíram de 110 para apenas 55 milhões de reais. A burocracia universitária nada fez para se contrapor a isso. Pelo contrário, administrou servilmente os cortes na universidade. Exercendo sua “autonomia financeira”, logo aprovou, no CONSAD, um corte de 3,5 milhões na assistência estudantil. Em seguida, aumentou o preço do RU para 7,00. De lá para cá, demitiu terceirizados, e o que vemos hoje são trabalhadores sobrecarregados e sem direitos trabalhistas minimamente satisfatórios.

Está claro que a real autonomia universitária e a garantia do total financiamento da UFRN pelo Estado são incompatíveis com a existência da burocracia universitária. Esta corresponde a uma casta privilegiada composta basicamente de professores que administra as verbas e controla sua distribuição, favorecendo as áreas de seu interesse, além de intervir no ensino e a pesquisa de acordo com os ditames do Estado burguês, à mercê dos interesses da maioria da comunidade universitária; serve de instrumento da classe dominante e seus governos, expressando no interior da universidade os interesses dos capitalistas. A burocracia universitária exerce seu poder por meio de um regime antidemocrático, no qual os professores, mesmo sendo minoria, ocupam a maior parte dos assentos nos órgãos decisórios, e o voto para reitor possui peso (paritário), fazendo com que o voto de um professor seja equivalente a o de centenas de estudantes (que são a maioria).

Diante da crise orçamentária que se apresenta, é necessário elaborar coletivamente um orçamento pelos professores, estudantes e funcionários, desde as unidades de trabalho e englobando as reivindicações, a ser deliberado em assembleia conjunta dos três setores e exigido o seu total financiamento público pelo Estado. Isso inevitavelmente levará ao choque dos que estudam e trabalham com a burocracia universitária, colocando a necessidade de a desmantelar e substituir pelo poder da Assembleia Geral Universitária (dos três setores) e, a partir desta e subordinado à mesma, constituir um Governo Tripartite (professores, estudantes e funcionários) pelo voto universal e com mandato revogável.

Diante disso, propomos:

- Elaborar coletivamente um orçamento que englobe as reivindicações dos estudantes e trabalhadores e as necessidades das unidades, a ser deliberado em assembleia conjunta dos três setores;
- Financiamento público integral da educação pelo Estado;
- Fim do reitorado. Por um governo tripartite (professores, estudantes e funcionários), eleito por voto universal e com mandato revogável, subordinado ao poder soberano da assembleia geral universitária.

Método de luta:

Apesar da insatisfação e revolta diante das arbitrariedades do governo federal e da reitoria, como os ataques a nível nacional, dentre eles a aprovação da PEC do Teto, da Terceirização e da

Reforma Trabalhista, e a ameaça da Reforma da Previdência, e na UFRN a compensação de horas de greve, a instituição do ponto eletrônico, retirada do recesso natalino, o que muitos falam é de que há uma sensação de impotência, uma letargia. A que se deve isso? De forma alguma podemos dizer que “é por que a base não quer luta”. Não é nada disso. A base tem disposição de lutar, o que falta é uma direção capaz de canalizar essa revolta existente na base com o método correto de luta, de forma que essa insatisfação se apresente em sua máxima expressão.

Diante dos ataques do governo Temer, das votações das reformas antipopulares, a direção da FASUBRA tomou como orientação a recepção os deputados nos aeroportos, escraches nas mídias sociais, pressão nas galerias da câmara e senado, etc. Ao invés de organizar a luta pela ação direta por meio de bloqueios, piquetes, manifestações, e apontar para a luta pelas reivindicações, a luta foi direcionada para o método equivocado da pressão parlamentar.

Além disso, e não menos importante, temos visto a direção do SINTEST (PSOL) aplicar uma política de conciliação de classes com a reitoria. Os discursos de culpabilização da categoria pelo não comparecimento às atividades da greve, ao mesmo tempo em que pouco fazia para engrossar de fato as fileiras dos grevistas, tinha o efeito de jogar a moral da categoria para baixo, ao invés de levantar o ânimo de luta. Diante da ameaça de compensação de greve, fechou um acordo com a reitoria na véspera de ano novo, diante da chantagem da reitoria de que iria cortar o ponto caso não assinasse. O acordo continha, inclusive, um precedente para o ponto eletrônico, uma vez que a reposição da carga horária seria acompanhada por meio do SIGRH. No intervalo de um mês após a assinatura do acordo, não se viu nenhuma campanha de denúncias ou de organização na base, só chegando a chamar uma assembleia 1 mês depois, e colocando a Pró-Reitora de Gestão de Pessoas na Mesa da assembleia para falar por 2 horas do ponto eletrônico que estava por entrar em vigência. A direção do SINTEST, ao invés de organizar a luta pela base, a substituiu pelas mesas de negociação que não conquistarão nada sem ter luta de fato. Diante da retirada do recesso natalino, por uma suposta decisão judicial, a qual sequer nós tivemos acesso, nada também tem sido feito. Diante de um ataque da reitoria ou do governo, é fundamental que haja resistência. Mesmo que a primeiro momento tenhamos uma derrota, a resistência serve para preparar a categoria para futuras vitórias. Porém, uma perda de um direito sem haver resistência leva ao efeito oposto, de sensação de impotência, de falta de perspectiva.

A explicação para isso está na estratégia da atual direção do SINTEST. O PSOL possui uma estratégia reformista, que implica em uma política de melhorias por dentro do capitalismo e de democratização do Estado burguês. Por isso, não tem interesse em levar até o fim a luta pelas reivindicações, uma vez que esta luta levaria inevitavelmente as massas a constituírem a unidade em frente única e se chocarem com o Estado burguês que o PSOL pretende apenas reformar. Por outro lado, a estratégia revolucionária corresponde a uma tática sindical de potenciar a unidade dos explorados e a ação direta, para que enxerguem na luta a necessidade de realizar a revolução social. A vanguarda que se dispõe a pensar os problemas da categoria e os métodos de luta tem a tarefa de se diferenciar da estratégia reformista e a tática de conciliação de classes da direção (PSOL), e construir uma direção revolucionária para sindicato. O grupo de oposição “Frente de Luta” (PSTU e independentes) não tem assumido esse papel revolucionário, pois não tem servido de instrumento para expressar a revolta da base diante dos ataques. A Corrente Proletária na Educação (CPE), que ainda é um embrião, objetiva se constituir como fração revolucionária no sindicato.

Diante disso, propomos:

- Nada de conciliação ou pressão parlamentar; organizar a resistência aos ataques e a luta pelas reivindicações com o método da ação direta (manifestações, greves, denúncias, paralizações, piquetes, etc).